



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

---

Nº 2261/2019 - AJC/SGJ/PGR

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 928902**  
**RECORRENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**  
**RECORRIDO: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE**  
**AM. CURIAE: MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E OUTRO(A/S)**  
**RELATOR: MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES**

Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes,

A Procuradora-Geral da República manifesta-se ciente da decisão que deu provimento ao recurso extraordinário, com a fixação da seguinte tese: "TEMA 884: Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, 'a', da Constituição Federal". Desde já, informa não ter interesse em recorrer.

Brasília, 16 de setembro de 2019.

**Raquel Elias Ferreira Dodge**  
Procuradora-Geral da República